

- **GT Avaliação da Educação no Contexto Ibero-americano**

PROVA BRASIL: AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DO CURRÍCULO E DO TRABALHO DOCENTE EM DIFERENTES MUNICÍPIOS

PROVA BRASIL: EVALUACIÓN Y REGULACIÓN DEL CURRÍCULUM Y DEL TRABAJO DOCENTE EN DIFERENTES MUNICIPIOS

Luciana Leandro da Silva, UFCG, Campina Grande, Paraíba, Brasil

RESUMO EXPANDIDO

A presente pesquisa se situa no campo das políticas de avaliação da educação básica e está focada no exame das repercussões que a Prova Brasil produz nos currículos e no trabalho do(a)s professore(a)s que atuam em escolas das redes municipais de Campina Grande (Paraíba) e de Pelotas (Rio Grande do Sul). Trata-se de diferentes regiões do país, cujas escolas são submetidas a um mesmo instrumento de avaliação nacional.

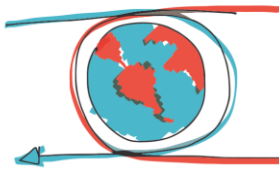
A Prova Brasil surge da reordenação e ampliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) ocorrida em 2005 e se constitui como uma das principais políticas de avaliação em larga escala na educação básica atualmente. Naquele momento, o SAEB passou a ser composto por duas avaliações externas: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também conhecida como Prova Brasil, a qual provocou uma mudança no padrão de realização de avaliação em larga escala no país, já que possui caráter censitário, ou seja, é aplicada ao número total de alunos matriculados no 5º e no 9º ano das escolas que possuem mais de 20 alunos matriculados nessas turmas. Essa abrangência universal se justifica pela necessidade de ampliação do alcance dos resultados do SAEB, na medida em que o objetivo é disponibilizar os resultados da prova por município e por escola.

Trata-se de uma mudança não apenas metodológica, mas essencialmente epistemológica, já que, a partir de então, a Prova passou a incidir sobre o desempenho e *performance* dos estudantes, exercendo maior controle sobre os resultados individuais, aumentando a responsabilização das escolas e, conseqüentemente, do(a)s professore(a)s pela qualidade do ensino ofertado (WERLE, 2011).

Como parte dessa nova política avaliativa, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o qual é calculado através do produto entre o rendimento escolar, ou seja, a relação entre aprovação e reprovação, e o desempenho na Prova Brasil (BRASIL, 2014).

Tendo em conta esse contexto, foi realizada uma pesquisa de caráter essencialmente qualitativo, entendendo que a comparação de realidades educativas tão peculiares deve ir além do aspecto quantitativo, considerando as especificidades dos sujeitos e dos contextos que estão sendo avaliados, buscando compreender mais profundamente como tal política avaliativa tem repercutido nos currículos e no trabalho docente.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira consistiu em um amplo estudo bibliográfico e documental, o qual subsidiou a escolha das escolas a serem visitadas, a construção dos instrumentos metodológicos, bem como a análise das informações recolhidas; e a segunda foi a pesquisa de campo, a qual implicou visitas à duas escolas



municipais, uma em cada cidade e compreendeu a utilização de instrumentos como observação e entrevistas.

Com relação às mudanças na organização do currículo e do trabalho pedagógico, percebeu-se que em ambas as realidades ocorreram algumas mudanças significativas, principalmente com relação ao planejamento das atividades. Na escola A (Campina Grande), as professoras admitiram que todo o trabalho passou a ser sistematizado a partir dos descritores da Prova Brasil. Além disso, há grande preocupação em preparar os estudantes para a prova, já que são oferecidas aulas extras aos sábados e à noite (os chamados “aulões”), especialmente nos anos de aplicação da Prova Brasil. Por outro lado, a escola B (Pelotas) busca seguir uma orientação diferente, baseada no trabalho coletivo entre as professoras, as quais buscam estabelecer os pré-requisitos de um ano escolar para o outro, de modo a melhorar a aprendizagem dos alunos, não necessariamente para ter melhor rendimento no IDEB. Segundo o relato de algumas delas, este trata-se apenas de mais um índice e a escola vê os resultados como consequência de um trabalho. Desse modo, a importância e a relevância atribuída ao IDEB e a Prova Brasil pelas escolas varia bastante, segundo as prioridades de cada gestão escolar.

Constatou-se que a Prova Brasil, especialmente por meio do IDEB, provoca efeitos importantes no currículo, nas práticas e subjetividades docentes, ainda que com peculiaridades e intensidades diferentes, segundo cada realidade, o que indica a necessidade de dar continuidade à realização de pesquisas de caráter qualitativo e comparativo que permitam conhecer mais profundamente tais idiossincrasias e que indiquem caminhos para a construção de um processo avaliativo não invasivo e que considere a diversidade e as especificidades regionais e locais.

PALAVRAS-CHAVE: Prova Brasil. Regulação. Currículo. Trabalho docente

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, set./dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Prova Brasil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=324, Acesso em 15 jun 2014.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, 2011. p. 769-792.